

**NÃO CHORA
TEM GENTE
PIOR!!!**



México fornece exemplo amargo

México— O desemprego, a recessão com inflação, a privatização da economia, um comércio exterior liberalizado e a eliminação do controle cambial são alguns dos caminhos que o modelo econômico mexicano começou a seguir, depois que o governo se viu forçado a assinar um empréstimo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em fins de 1982.

As autoridades afirmam que as medidas de austeridade e reordenação econômica teriam que ser implementadas "com ou sem FMI". O certo é que, diante da virtual suspensão dos pagamentos da dívida externa, a partir de agosto de 1982, o governo mexicano se viu pressionado a ter o aval do FMI para seu plano de reordenação e assim poder renegociar sua vultosa dívida externa, superior a 80 bilhões de dólares, obtenção de divisas para suas necessidades mais urgentes. Ainda que se tenha evitado aprofundar a crise, a administração admite que há fragilidade na situação econômica do país. A crise e as receitas para aliviá-la têm recaído em maior medida sobre os trabalhadores, camponeses e os subempregados, representando estes últimos cerca de 50% da população economicamente ativa.

As medidas amargas, mas apontadas como necessárias, prosseguirão por pelo menos mais dois anos, segundo um relatório sobre a situação econômica ela — borada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Poderiam ser enumeradas, entre elas, o "arrocho" (moderação, como chama o governo) salarial: em janeiro foram autorizados aumentos de 25%, quando se reconhece uma inflação acumulada durante 1982 de 100% - a mais alta da história moderna do México. Dias atrás aprovou-se um novo aumento de 15% nos salários, quando a inflação reconhecida pelo Banco do México, nos primeiros cinco meses, ficou próxima aos 35%. Houve alguns sindicatos que negociaram com êxito 20 a 25%. Uma situação excepcional ocorreu com os sindicatos universitários, que depois de uma greve de um mês, não tiveram nenhum aumento.

Os realismos que contêm os salários têm um efeito contrário sobre os preços: esta administração que está no governo a sete meses decidiu au-

mentar os preços e as tarifas dos produtos e serviços proporcionados pelo estado e adequar taxas de impostos (o imposto de renda, em particular) para aumentar a captação fiscal. Decidiu-se liberar os controles tradicionais de mais de três mil produtos, de tal forma que seus preços têm ficado a mercê da oferta e da procura. Ao Ministério do Comércio reservou-se a vigilância exclusivamente sobre 16 linhas de produtos. Apesar de tudo, economistas consultados pela ANSA estimam que a inflação poderá ser freada nos meses seguintes, porém não respondem sobre o que poderá ocorrer quando retornar, talvez com muito mais força a médio prazo.

O governo está muito preocupado em manter ativo o parque industrial, que sofre de escassez de divisas para importar insumos e equipamentos, com a redução de seu mercado interno e com a falta de competitividade com o exterior. As facilidades e as isenções para empresas que se orientem para a produção de bens considerados básicos para a auto-suficiência nacional têm-se multiplicado. O sacrifício fiscal, portanto, traduz-se em subsídio, como ocorre com as baixas tarifas de eletricidade e outras fontes de energia de uso industrial. Têm-se eliminado muitas autorizações para importação, ainda que as compras no exterior tenham caído drasticamente, a ponto de, pela primeira vez na história, o México ter um superávit em sua balança comercial com os Estados Unidos, a quem deixou de comprar cerca de 6 bilhões de dólares em 1982, se comparado com o volume do ano precedente.

Três anúncios oficiais se sucederam nas últimas semanas que parecem confirmar o estrito apego da atual política mexicana aos ditames do FMI, segundo julga o economista David Colmenares Paramo. Primeiro, a abertura do país ao capital estrangeiro, evitando os "atrasos burocráticos desnecessários", como disse o ministro do Comércio, Hector Hernandez. Segundo, a "reestruturação" da indústria paraestatal, que permitirá vender empresas que até agora o estado maneja a grupos particulares — preferentemente mexicanos. Por fim o pagamento de indenização aos banqueiros privados,

dez meses depois da nacionalização dos bancos privados promovida pelo governo anterior do presidente Jose Lopez Portillo, com o anúncio de que os ex-proprietários dos bancos terão prioridade para adquirir ações de consórcios industriais e comerciais, nos quais os bancos privados têm fortes interesses.

Colmenares disse que é ilusório crer que o investimento estrangeiro apostará o volume de divisas que requer o México e que é melhor se associar aos capitalistas estrangeiros que endividar-se, o que é um falso dilema. Há estudos que demonstram que as multinacionais são responsáveis por três quintos do déficit comercial do país em 1981.

Os propósitos expressos pelo governo, que renegociou agora sua dívida e obteve o acesso a créditos de 5 bilhões de dólares na rede bancária internacional, são, primeiro, "evitar a perpetuação da recessão num quadro inflacionário". Depois, podem-se destacar os seguintes, dentro dos 10 pontos do programa de reordenação econômica anunciado pelo presidente Miguel de la Madrid, ao tomar posse em dezembro de 1982:

- proteger o emprego. Sua queda drástica "não toma a magnitude temida" ainda que sejam incertas as condições pela fragilidade da economia, segundo afirma o Ministério do Planejamento. - preservar o aparato produtivo. A produção manufatureira caiu em 11% no último trimestre de 1982 e "não é possível esperar uma recuperação imediata — ordenar as finanças públicas. As novas políticas de impostos não têm dado o resultado esperado, segundo reconheceu a Secretaria da Fazenda e do Crédito Público. Porém reduziu-se o déficit nos gastos governamentais. A intenção é baixá-la de 16 para 8,5% do Produto Interno Bruto. "A magnitude da brecha entre o gasto público e a receita era indomável", sublinha um documento oficial. - reduzir a inflação e a instabilidade cambial. O governo considera ter recuperado a "soberania monetária" e pretende igualar o mercado livre e o controle de divisas. Se se está num processo de controle da inflação, afirma o Ministério do Planejamento, trata-se de evitar que a inflação, que ainda se ressent, "saia do controle".